



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 05/11/2013 – ITEM 36

TC-000901/026/11

Prefeitura Municipal: Brotas.

Exercício: 2011.

Prefeito: Antonio Benedito Salla.

Advogados: Milena Guedes Corrêa Prando dos Santos, Fernando Jammal Makhoul e outros.

Acompanham: TC-000901/126/11 e Expedientes: TC-000575/002/12, TC-000576/002/12, TC-000960/002/11, TC-001372/002/12 e TC-017941/026/11.

Procurador de Contas: Élidea Graziane Pinto.

Fiscalizada por: UR-2 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-2 – DSF-II.

RELATÓRIO

Em exame as contas da **Prefeitura Municipal de Brotas**, relativas ao **exercício de 2011**.

A instrução processual ficou a cargo da Unidade Regional de Bauru- UR-2 que, após a verificação dos atos praticados, consignou no relatório de fls.19/61, o que segue:

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – superávit de 3,36%; abertura de créditos suplementares correspondendo a 12,50% da receita inicialmente prevista, ultrapassando o percentual autorizado na Lei Orçamentária (10%).

APLICAÇÃO NO ENSINO – os demonstrativos da origem indicaram que a despesa educacional atingiu 25,77% da receita de impostos; contudo, a Fiscalização efetuou a dedução de despesas tidas como



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

impróprias ao setor¹, de restos a pagar não quitados até 31/01/2012 e de cancelamento de restos a pagar da educação, decaindo o percentual para 25,30%; destinou 65,49% dos recursos advindos do FUNDEB à remuneração do magistério e utilizou 96,59% da receita do aludido Fundo durante o exercício; por meio de conta bancária vinculada, houve utilização parcial da parcela diferida² do Fundeb no primeiro trimestre de 2012, em afronta ao artigo 21, § 2º, da Lei nº 11.494/07.

GASTOS COM PESSOAL - equivalentes a 41,37% da Receita Corrente Líquida.

DESPESAS COM SAÚDE – após a exclusão de restos a pagar não quitados até 31/01/2012³ e de gastos impróprios ao segmento⁴, a Fiscalização indicou a aplicação de 23,17% em ações e serviços de saúde; cancelamento de restos a pagar.

SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS – subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais foram fixados pela Lei Municipal

¹ Aquisição de uniformes, mochila escolar, leite integral, gêneros alimentícios e eletrodomésticos – total de R\$ 231.621,90.

² Saldo para aplicação no 1º trimestre de 2010 – R\$ 174.568,46/ Empenho e pagamento no 1º trimestre – R\$ 91.333,10.

³ R\$ 94.579,24

⁴ R\$ 12.551,83 – pessoal em desvio de função (salário + encargos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

nº 2184/2007; Revisão Geral Anual da ordem de 5%⁵ deu-se mediante os Decretos Municipais nºs 3.324/2011 e 3.327/2011, atendendo a servidores ativos, inativos e pensionistas, não extensiva aos Agentes Políticos; a Lei nº 2.269/2009 dispôs sobre a autorização ao Executivo para conceder repasse aos servidores municipais da inflação anual, mediante Decreto (fls.182/185 do Anexo I).

DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE - não apresentação de documentos relativos a adiantamentos concedidos; pagamentos de Bolsa-Transporte aos alunos, em desconformidade com os termos da Lei Municipal nº 1.854/03.

BENS PATRIMONIAIS – registro incorreto do saldo apurado no levantamento geral dos bens móveis e imóveis no Balanço Patrimonial, bem como movimento e saldo do Almoxarifado.

ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS – inobservância.

LICITAÇÃO - contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação, sem preenchimento dos requisitos da Lei nº 8.666/93; impropriedades no Pregão nº 03/2011, relativo à "Festa do Peão de Brotas 2011"; aquisição de móveis escolares por meio dos Pregões nºs 61/2011, 66/2011 e 007/2012, com diversas falhas.

⁵ Atendeu aos servidores ativos, inativos e pensionistas, não extensivo aos agentes políticos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

EXECUÇÃO CONTRATUAL – ausência de regulamentação para disponibilizar a utilização do Sistema de Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônicos para os prestadores de serviços.

PESSOAL – existência de cargos em comissão⁶ que não possuem as atribuições de direção, chefia e assessoramento.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DESTA CORTE – envio intempestivo de documentos ao Sistema Audep; cumprimento parcial de recomendações exaradas em contas de anos anteriores.

O Ministério Público de Contas opinou pela intimação do órgão jurisdicionado a respeito da conclusão dos trabalhos da fiscalização, com fundamento no artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal.

Após regular notificação (fl.68), o Chefe do Executivo, por sua advogada, trouxe aos autos as alegações de defesa de fls.83/149.

Relativamente ao apontamento no sentido da utilização parcial do saldo residual do Fundeb, apresentou relação de notas de empenhos cuja soma equivaleu a R\$ 117.407,51, sendo tal

⁶ Encarregado de Obras e Serviços do Patrimônio; Supervisor Escolar; Administrador de Materiais; Comprador e Encarregado de Gabinete (fls.50/51).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

montante utilizado no pagamento dos profissionais do magistério, competência março de 2012.

Assim, buscou demonstrar a utilização integral da parcela diferida do Fundo alegada pela Fiscalização (R\$ 83.235,26) no primeiro trimestre do exercício seguinte, sendo que os pagamentos destinaram-se, na sua grande maioria, à folha dos servidores da Educação.

Esclareceu que tais pagamentos, principalmente em se tratando de salários, foram efetuados de acordo com o mês de competência, motivo pelo qual somente em abril a conta do FUNDEB estava zerada, pois as despesas foram empenhadas e liquidadas em março/2012, mas efetivamente pagas em abril/2012.

Contestou, ainda, as despesas não amparadas pelo artigo 70 da LDB e que foram glosadas do câmpulo dos cálculos, asseverando que as mesmas não são impróprias à conta do segmento.

Justificou, também, de forma pontual, as demais impropriedades suscitadas pelo Órgão de Fiscalização durante a instrução.

O Setor de Cálculos de ATJ sopesou as alegações de defesa relacionadas ao Ensino e entendeu cabível o acolhimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

parcial das importâncias pleiteadas, consignando, entretanto, que a quantia de R\$ 83.802,76 (quadro demonstrativo de fl.157) mostrou-se suficiente para comprovar a aplicação, no primeiro trimestre de 2012, do saldo residual do FUNDEB/2011.

Por outro lado, ao analisar as glosas efetuadas pela Fiscalização nas despesas do Fundo, reiterou a impugnação da quantia relativa ao cancelamento de Restos a Pagar (R\$ 1.220,09) e, também, a dedução da importância de R\$ 29.368,55 referente aos Restos a Pagar não quitados até 31/01/2012 e ainda pendentes de solução na data da inspeção "in loco".

Das glosas relacionadas aos recursos próprios, considerou procedente a reconsideração dos gastos com aquisição de eletrodomésticos (R\$ 79.146,50), tomando como parâmetro as orientações do Ministério da Educação (fls.161/162).

Com base em tais alterações, elaborou o demonstrativo de fl.163, indicando que o Município aplicou o correspondente a 25,27% no ensino global, dando atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal e validou a utilização de 98,96% dos recursos do FUNDEB durante o exercício. Quanto aos profissionais do magistério ratificou o índice apurado pela Fiscalização, da ordem de 65,49%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

No que concerne às Despesas com Saúde, houve por bem manter a glosa dos Restos a Pagar não quitados até 31/01/2012 (R\$ 94.579,24). Indicou, assim, que o Município aplicou 23,17% das receitas resultantes de impostos no segmento, observando ao limite mínimo de 15% exigido no artigo 77, inciso III e § 4º, do ADCT da Constituição Federal.

Quanto ao enfoque econômico, a Assessoria abalizada destacou o superávit de 3,36% na execução orçamentária, os resultados financeiro e econômico positivos e acolheu as razões da origem quanto à abertura de créditos adicionais. Desse modo, restringindo-se aos aspectos de sua área de atuação, não vislumbrou empecilhos à boa ordem das contas.

Na visão jurídica, levando em conta a aplicação de apenas 98,96% dos recursos do Fundeb, em inobservância ao disposto o § 2º, do artigo 21 da Lei nº 11.494/07, concluiu pela emissão de parecer desfavorável.

Chefia de ATJ assentiu.

O Ministério Público de Contas, considerando o somatório das falhas verificadas na gestão em apreço, também concluiu pela desaprovação da matéria, sem embargo de recomendações e da proposta de formação de autos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

apartados/próprios para o exame dos assuntos constantes dos itens B.5.3; C.1 e D.3.1 do relatório da Fiscalização (fls.178/182).

SDG, por sua vez, no que concerne ao tópico do Ensino, salientou que a aplicação de 98,96% da receita do Fundeb no exercício em apreço não se deu por ato de vontade do dirigente municipal, mas em face de glosa da Fiscalização, respeitando, contudo, o percentual mínimo de 95% fixado pelo texto legal. Diante da boa ordem dos demais aspectos, entendeu que tal falha, por si só, não deve conduzir à reprovação da matéria e, assim, opinou pela emissão de parecer favorável, com expressa recomendação ao Administrador e sugestão do exame de matéria contratual em autos próprios.

O Acessório nº 01, TC-901/126/11 versando sobre o Acompanhamento da Gestão Fiscal, subsidiou a análise dos presentes autos.

Também acompanharam o exame deste processo os expedientes a seguir elencados:

- TC-575/002/12 – remetido por Modesto Salviatto Filho, Vereador da Câmara de Brotas, trata de representação formulada por professores da rede municipal de ensino junto ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Ministério Público Estadual⁷, quanto à aquisição de móveis e equipamentos para as escolas municipais, com verbas do Fundeb, sem qualquer planejamento, nos exercícios de 2011 e 2012.

A matéria foi abordada no item C.1.1.c do relatório, no qual a Fiscalização concluiu pela procedência das irregularidades reportadas, no que se refere aos procedimentos licitatórios, restando verificada, por meio de visita "in loco", a ausência da necessidade dos móveis adquiridos (fls.54/55).

- TC-960/002/11 - Modesto Salviatto Filho, Vereador da Câmara de Brotas, noticia a ocorrência de eventuais irregularidades praticadas no âmbito do Executivo de Brotas, relativamente à desativação da Padaria Municipal e terceirização do fornecimento de pães para os diversos setores da Municipalidade, no exercício de 2011.

A UR-2 concluiu pela procedência parcial da denúncia, conforme apontamentos contidos no item D.4 de fls.51/53.

- TC-576/002/12 - Fernando José Bissoli, Vereador da Câmara de Brotas, comunica possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Prefeitura referentes ao certame licitatório Carta Convite nº 013/11, objetivando a contratação de palco, som e

⁷ Objeto do Inquérito Civil nº 14.0218.0000030/2011-6.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

iluminação para a festa de “Aniversário da Cidade de Brotas 2011”, assim como a utilização de espaço público por particulares visando lucro, falta de cobrança e fiscalização dos tributos relativos à utilização do espaço, prestação de serviços de locução e utilização indevida da Associação dos Amigos da Cultura.

O Órgão de Fiscalização não encontrou irregularidades relacionadas ao referido certame licitatório.

- TC-1372/002/12 - remetido pelo mesmo subscritor acima referido, noticiando possíveis impropriedades praticadas pela Secretaria Municipal de Ação Social quando da aquisição de gêneros alimentícios com recursos federais, para o atendimento dos participantes do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, realizada no exercício em apreço e destinada a projetos de desenvolvimento social.

Referido assunto envolve exclusivamente recursos da esfera federal, escapando, pois, sua análise da competência desta Corte.

- TC-17941/026/11 – Vander de Oliveira Borges, Coordenador Geral da Diretoria Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

encaminhou documentação contendo supostas irregularidades relacionadas à aplicação das verbas do Fundeb em 2011.

Tal assunto foi objeto de tratamento no item B.3.1 do relatório (fls.27/29).

Ao final da instrução, a Prefeitura, por seu advogado, obteve vista e extraiu cópias dos autos (fl.188).

Após, trouxe aos autos os Memoriais de fls.192/202, buscando, mais uma vez, afastar as falhas relativas à aplicação das verbas do FUNDEB em 2011 e utilização da parcela diferida, aspectos devidamente sopesados na análise destes autos.

Este é o relatório.

s



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

As contas da **Prefeitura Municipal de Brotas**, relativas ao **exercício de 2011**, apresentaram os seguintes resultados:

Execução Orçamentária: superávit de 3,36% - R\$ 1.702.147,25

Aplicação Ensino: 25,27% **Magistério:** 65,49% **Fundeb:** 98,96%

Gastos com Pessoal: 41,37% **Despesas com Saúde:** 23,17%

Subsídios dos Agentes Políticos: em ordem.

A gestão do Executivo de Brotas denotou a observância de aspectos de vital importância no exame das contas, haja vista o cumprimento dos mandamentos constitucionais relativos às Despesas com Saúde; Gastos com Pessoal; Transferências de Recursos à Câmara Municipal e Pagamentos dos Subsídios dos Agentes Políticos.

Promoveu, também, a correta aplicação dos recursos advindos das multas de trânsito, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e dos Royalties.

Quanto ao item Precatórios, a Fiscalização informou que não houve ingresso de requisitórios de baixa monta para pagamento no exercício em exame e que o Município de Brotas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

depositou em conta vinculada ao Tribunal de Justiça o montante devido (R\$ 18.923,33), referente à opção pela modalidade Regime Especial (pagamento mensal – 1% da Receita Corrente Líquida), o que comprova observância da Emenda Constitucional nº 62/09.

Procedeu, também, ao correto registro das pendências relativas ao passivo judicial no Balanço Patrimonial (fls.173/181 do Anexo I).

A execução do orçamento evidenciou superávit de 3,36%, sendo que os resultados econômico e patrimonial revelaram-se igualmente positivos.

Considerando-se o resultado financeiro apurado da ordem de R\$ 2.473.343,54, depreende-se que a Prefeitura possuía liquidez frente a seus compromissos de curto prazo (fl.23).

Sobre a crítica lançada pela UR-2, relativamente ao Contrato nº 1.270/2011, firmado com a Casquel e Ribas Sociedade de Advogados, através da Inexigibilidade de Licitação nº 007/2011, noticiou o Prefeito a rescisão do ajuste, conforme Termo de Rescisão Amigável de 14/09/2011 (fl.312 do Anexo II e 315/317), considerando a conveniência da Administração. Informou, também, o cancelamento do remanescente da Nota de empenho nº 2983/11, de 12/04/2011. (fl.313).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Diante de tal informação, deixo de determinar providências a respeito.

As demais falhas apuradas pelo Órgão de Fiscalização (Resultado da Execução Orçamentária, Subsídios dos Agentes Políticos, Bens Patrimoniais, Ordem Cronológica de Pagamentos, Execução Contratual, Pessoal e Instruções e Recomendações do Tribunal) podem ser relevadas, diante de sua natureza formal e das justificativas e medidas anunciadas pela Municipalidade. Outrossim, alguns tópicos demandam recomendações com vistas a coibir reincidências.

De outra parte, levando em conta os apontamentos da UR-2 constantes do subitem C.1.1., letra "b" (fl.42), relativamente às despesas com a "Festa do Peão de Brotas 2011", objeto do Pregão nº 03/11, entendo, na linha do proposto pelo MPC, que a matéria merece análise mais aprofundada em autos próprios, como exame de "Termos Contratuais".

Considerando, ainda, além do informado pela Fiscalização, subitem C.1.1, letra "c" (fls.43/46), o contido no expediente TC-575/002/12, no que se refere às aquisição de móveis com recursos da educação por meio dos Pregões nºs 61/2011, 66/2011, igual providência deverá ser adotada, de forma



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

individualizada. No que toca ao Pregão nº 007/2012, fica incumbida a UR-02 de submeter o assunto ao Relator das contas de 2012.

Diante da falta de apresentação dos processos de adiantamentos requisitados pelo Órgão de Fiscalização, relativos às responsáveis Suellem Salviatto Sgorlon, no valor de R\$ 3.000,00 e Luciana de Souza Pires de Jesus, da ordem de R\$ 2.830,00 (item B.5.3 – fl.37), caberá a análise do assunto em autos próprios.

As impropriedades relativas ao pagamento de Bolsa-Transporte aos estudantes, com fundamento na Lei Municipal nº 1.854/03⁸, podem ser aceitas, em face das justificativas apresentadas pela origem em fls.117/120, do amparo legal e por se tratar de prática da Municipalidade, igualmente acolhida nas contas dos exercícios de 2009 e 2010. Outrossim, cabe neste momento recomendar ao Administrador maior clareza no método utilizado para o repasse de verbas destinadas ao transporte dessa natureza.

A despeito do exposto, o exercício em apreço evidenciou a insuficiente aplicação das verbas do FUNDEB, falha de natureza tal que não admite tratamento no sentido da relevação.

⁸ Instituiu o Bolsa-Transporte para ressarcimento ao aluno das despesas com locomoção às escolas regulares de ensino técnico profissionalizante, preparatório para nível superior, sediadas em municípios da região de Brotas.

Art.3º - O valor da "Bolsa-transporte", de que trata o artigo 2º, *será pago direta e mensalmente* ao aluno, pelo Setor de Tesouraria, até o dia 15 (quinze) de cada mês, e segundo as condições e critérios estabelecidos na presente lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Para bem situar a matéria, demonstro inicialmente a situação da aplicação dos recursos do Fundo recebidos pelo Município em 2011:

Total da receita (já computados os rendimentos financeiros)	-	R\$ 7.379.781,06	100%
Despesas do Fundeb com o Magistério (60%)	-	R\$ 4.833.142,89	
Despesas do Fundeb com outros gastos (40%), sem as deduções das despesas impugnadas	-	R\$ 2.372.069,71	
Total das despesas onerando a receita do Fundeb, sem as glosas		R\$ 7.205.212,60	97,63%
Parcela diferida a ser utilizada no primeiro trimestre 2012 -		R\$ 174.568,46	2,37%

A Fiscalização constatou o empenhamento e pagamento no primeiro trimestre de 2012 de apenas R\$ 91.333,10, restando R\$ 83.235,36 como saldo residual do FUNDEB/2011, não aplicado no referido período legal.

Contudo, após minuciosa análise da documentação oferecida pela defesa a fim de comprovar a utilização do saldo residual do Fundo (fls.88/90), o setor competente de ATJ bem demonstrou a existência de despesas que efetivamente se prestam a essa finalidade, cuja soma equivale a R\$ 83.802,76, conforme indicado no quadro elaborado em fl.157.

Para tanto, observou que os registros relativos às despesas indicam que as mesmas foram quitadas com o saldo residual do FUNDEB/2011, empenhadas ainda no primeiro trimestre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

de 2012 em gastos elegíveis na manutenção do ensino, com a única ressalva de que foram pagas no início de Abril/2012, poucos dias após o encerramento do primeiro trimestre, o que, a meu ver, é falta que pode ser relevada, uma vez que corresponderam aos gastos com pessoal da competência Março/2012.

Registro, pois, que a documentação trazida aos autos pelo Chefe do Executivo mostrou-se hábil em demonstrar a utilização da parcela diferida do Fundo no período estabelecido pela lei.

Ultrapassado tal aspecto e, agora, atendo-me às glosas procedidas pela UR-02, acolho integralmente a manifestação da Assessoria de ATJ, que houve por bem reiterar a impugnação da quantia relativa ao cancelamento de Restos a Pagar (R\$ 1.220,09), da aquisição de vestuários esportivos (R\$ 46.744,20) e também a dedução da importância de R\$ 29.368,55 referente aos Restos a Pagar não quitados até 31/01/2012 e ainda pendentes de pagamento na data da inspeção "in loco" (Setembro de 2012).

Nesse contexto, a falta de quitação no período estabelecido pela Lei nº 11.494/97 não me permite, na hipótese dos autos, a adoção da excepcionalidade já acolhida em outras situações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

quanto ao reconhecimento dos Restos a Pagar vinculados ao Fundeb, quitados no primeiro trimestre do exercício subsequente.

Em face de tais deduções, o percentual de aplicação dos recursos do FUNDEB até 31/12/2011 fica reduzido para 96,59%, que somado à parcela diferida, de 2,37%, resulta em 98,96%, validados até 31 de março de 2012, desatendendo, pois, à disposição legal incidente.

Ainda com base no demonstrativo elaborado em fl.163, mister consignar a aplicação de 25,27% no ensino global e de 64,49% dos recursos advindos do Fundeb na valorização do magistério, percentuais que dão pleno atendimento às normas constitucionais aplicáveis.

Em face de todo o exposto e acolhendo as manifestações de ATJ e do MPC, por remanescer a insuficiente aplicação dos recursos vinculados ao FUNDEB, voto pela **emissão de parecer desfavorável** às contas da **Prefeitura Municipal de Brotas**, relativas ao **exercício de 2011**, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Recomende-se ao atual Prefeito o que segue: não computar nas despesas com Educação e Saúde os valores não quitados até 31 de janeiro do exercício seguinte, conforme



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

entendimento jurisprudencial deste Tribunal; cumprir a ordem cronológica de pagamentos; observar os ditames da Lei nº 8.666/93, nas futuras licitações levadas a efeito; imprimir maior clareza no método utilizado para o repasse de verbas destinadas ao transporte de alunos concedido pelo "Bolsa-Transporte"; atentar, quando dos adiantamentos realizados, aos preceitos contidos na Lei nº 4.320/64 e às diretrizes traçadas no Comunicado SDG nº 10/2010; obedecer às disposições contidas na Lei nº 11.494/07, relativamente à aplicação dos recursos do FUNDEB; atender às Instruções nº 02/08, no que tange ao prazo para envio de documentos a esta Corte.

Caberá à Fiscalização a formação de autos específicos, como exame de "Termos Contratuais", para análise dos apontamentos constantes do subitem C.1.1, letras "b" (fl.42), relativamente às despesas com a "Festa do Peão de Brotas 2011", objeto do Pregão nº 03/11 e do item C.1.1, letra "c" (fls.43/46), no que se refere às aquisições de móveis com recursos da educação, por meio dos Pregões nºs 61/2011 e 66/2011, de forma individualizada.

No que toca ao Pregão nº 007/2012, fica incumbida de submeter o assunto ao Relator das contas de 2012.

Deverá, também, providenciar a instauração de autos próprios para a verificação das correspondentes prestações de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

contas dos adiantamentos referidos no item B.5.3 (fl.37), conforme consignado neste voto.

Por fim, arquivem-se os expedientes 575/002/12, 960/002/11, 576/002/12 e 17941/026/11.

De igual forma, archive-se o TC-1372/002/12, tendo em vista a ausência de reflexos nos autos, considerando envolver o assunto exclusivamente recursos da esfera federal.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro